



18 DE MARÇO 2009
Quarta-feira

- **MINISTRO DIZ QUE MERCADO VOLTOU A CRIAR EMPREGOS**
- **FEVEREIRO TEM SALDO POSITIVO DE EMPREGOS FORMAIS**
- **CNI VÊ ATIVIDADE ESTÁVEL, SEM RETOMADA**
- **CRISE ACELERA ALIANÇAS ENTRE MONTADORAS**
- **VENDAS SOBEM 4,4% NA PRIMEIRA QUINZENA**
- **PRESIDENTE DA CNI: INTERROMPEMOS A QUEDA LIVRE, O PIOR DA CRISE JÁ PASSOU**
- **INDUSTRIAIS QUEREM MAIS EFICÁCIA E URGÊNCIA NO COMBATE À CRISE MUNDIAL**
- **SENTENÇAS EXLUEM INSS SOBRE AVISO PRÉVIO**
- **VOTAÇÃO DO MÍNIMO REGIONAL É ADIADA NA AL**

Câmbio Em 17/03/2008		
	Compra	Venda
Dólar	2,282	2,283
Euro	2,969	2,970

MINISTRO DIZ QUE MERCADO VOLTOU A CRIAR EMPREGOS

18/03/2009 – Gazeta do Povo

Brasília - O mercado de trabalho formal apresentou, em fevereiro, resultado positivo na geração de vagas depois de três meses seguidos de retração. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou que os números do emprego com carteira assinada, a serem divulgados hoje, deverão mostrar a criação de cerca de 20 mil postos no mês passado.

Apesar de positivo, o resultado de fevereiro será o pior para o mês desde 1999 – ano da desvalorização do real. “Será próximo disso [20 mil vagas]. Não mais de 20 mil”, disse Lupi, acrescentando que o resultado do emprego formal na indústria continuará negativo.

Na avaliação do ministro, o setor de serviços puxou a recuperação do mercado formal em fevereiro, principalmente o segmento de educação, com o retorno das férias escolares.

De acordo com Lupi, a indústria paulista apresenta maiores dificuldades de retomada nas contratações por conta dos elevados estoques que ainda não se esgotaram.

Tradicionalmente, o mercado de trabalho registra desempenho mais favorável em fevereiro na comparação com janeiro e dezembro. Neste ano, embora os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de fevereiro sejam melhores que os dos três meses anteriores, o resultado ficou muito abaixo dos números dos últimos anos.

Em fevereiro de 2008 – ano que começou com a promessa de ser o melhor na história do emprego formal –, o mercado gerou 204.963 postos com carteira assinada. Nos anos anteriores, o número de vagas criadas em fevereiro tem ficado, em geral, acima de 100 mil.

Em fevereiro de 1999, último ano em que houve saldo negativo de emprego no mês, houve perda de 78.030 postos de trabalho com carteira assinada.

Acumulado

De novembro de 2008 a janeiro deste ano, o mercado de trabalho formal apresentou resultados negativos, acumulando a perda de 797.515 postos de trabalho. Indústria de transformação, agropecuária e construção civil foram os setores mais afetados pela crise econômica.

Em janeiro deste ano, foram fechados 101 mil postos de trabalho no mercado formal, com o primeiro saldo negativo para o período no governo Lula.

Mesmo com os efeitos da crise, Lupi vem mantendo a projeção de geração de 1,5 milhão de postos formais neste ano (em 2008, 1,452 milhão).

Janeiro

Em janeiro, os dados do Caged revelaram o fechamento de 101 mil postos de emprego com carteira assinada em todo país. No Paraná, no entanto, foram abertas 1.592 novas vagas (movimentação acima do que já existia de empregos no estado). Apesar do bom resultado, o ritmo de geração de empregos no estado sofre uma forte desaceleração. Em janeiro de 2008 foram abertos 12.317 novos postos, quase oito vezes mais que os deste ano.

FEVEREIRO TEM SALDO POSITIVO DE EMPREGOS FORMAIS

18/03/2009 – O Estado do Paraná

Depois de três meses seguidos de redução no saldo do emprego formal no País, o mercado de vagas de trabalho com carteira assinada voltou a registrar saldo positivo no mês de fevereiro. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, no mês passado o saldo entre demissões e contratações ficou positivo em 9.179 vagas.

"O saldo é pequeno, mas é positivo", disse o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, em entrevista à imprensa para anunciar os números. Esse resultado, apesar de positivo, foi o pior registrado em um mês de fevereiro desde 1999, quando foram eliminadas 78 mil vagas formais.

Em fevereiro, foram contratados 1.233.554 empregados e demitidos 1.224.375. Cinco setores apresentaram desempenho positivo: serviços, administração pública, construção civil, agricultura e serviços industriais de utilidade pública. As maiores perdas de postos de trabalho, por outro lado, foram registradas na indústria de transformação e no comércio.

Em dezembro de 2008, haviam sido eliminados mais de 650 mil empregos formais e em janeiro deste ano, menos 101 mil vagas.

CNI VÊ ATIVIDADE ESTÁVEL, SEM RETOMADA

18/03/2009 – Valor Econômico

Empresários da indústria detectaram uma acomodação da atividade do setor neste primeiro trimestre, após a forte retração nos últimos três meses de 2008, mas ainda não veem sinais de recuperação. "Há um processo de relativa estabilização, ou seja, interrompemos aquela queda livre que vinha acontecendo, mas não há nada que nos indique recuperação", diz Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo o executivo, a entidade está revendo as estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para algo em torno de 0,5% em 2009, e as previsões para a evolução do faturamento da indústria estão próximas de zero. No fim de 2008, a CNI previa crescimento do PIB de 1,5% a 2%. "Só a construção civil está com perspectiva melhor para este ano", diz ele. Os segmentos de transformação e de extrativa mineral podem ter resultados negativos. O executivo lembra, no entanto, que mesmo dentro do grupo de transformação, o impacto não é uniforme, e existem áreas, como alimentos, ainda com bom nível de atividade.

A expectativa, segundo Monteiro Neto, é que no segundo trimestre haja algum crescimento, mesmo que "modesto", sobre o primeiro, o que permitiria visualizar um cenário melhor para o ano. "Temos de ter uma atitude realista, mas também confiança em um quadro melhor no segundo semestre."

As condições para que isso ocorra dependem, segundo Monteiro Neto, da recuperação do crédito para as pequenas e médias empresas, algo que, para ele, se mantém curto e caro. O executivo esteve reunido ontem em São Paulo com associações setoriais e federações estaduais da indústria no Fórum Nacional do setor, um órgão consultivo da diretoria da CNI. Os empresários discutiram as implicações da crise financeira na atividade industrial, e elegeram a questão do crédito como a mais urgente a ser solucionada. "As ações principais dos governos devem ser para melhorar as condições de financiamento. O maior problema da economia brasileira hoje é crédito", diz o presidente da CNI.

Os empresários reclamam que linhas de crédito abertas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para incentivo à indústria, como a voltada para capital de giro, não estão sendo bem operacionalizadas, e acabam não chegando às companhias. "As medidas pontuais do governo não estão surtindo o efeito necessário", diz Monteiro Neto.

Segundo ele, para permitir que as empresas tenham acesso aos recursos, será necessário criar incentivos aos bancos que se comprometerem a repassar as linhas de crédito oferecidas pelas instituições financeiras públicas. "Os bancos não aplicam as linhas do BNDES porque não querem assumir riscos."

Outras questões levantadas pelos empresários na reunião estão ligadas à capacidade dos governos investirem, considerando que a arrecadação este ano deve ser afetada pelo baixo crescimento da economia. Além disso, há a preocupação em relação à burocracia, que trava os investimentos públicos. "Nós temos a todo momento informações de que as obras do PAC não estão tendo desenvolvimento necessário e precisamos cobrar para que novos programas que terão impactos importantes, como o de habitação, aconteçam num prazo mais curto", diz Monteiro Neto.

Para os investimentos privados, a pauta continua ligada - além do crédito - à reivindicação de redução de tributos. "O Brasil ainda é um país que tributa os investimentos, e hoje mais do que nunca é necessário sustentar um nível de investimento", diz o presidente da CNI. Quanto à retomada da demanda por produtos, ele admite que o Brasil dependerá muito da recuperação da economia externa. "Todo mundo já sabe que a crise é muito forte, e lamentavelmente lá fora a crise não deu sinais de que está arrefecendo."

CRISE ACELERA ALIANÇAS ENTRE MONTADORAS

18/03/2009 - Valor Econômico

Ivonaldo Alexandre / Valor



Mesmo antes de assumir, Jalinier já defende a prorrogação na redução do IPI para manter o atual nível de produção

O novo presidente da Renault do Brasil, Jean-Michel Jalinier, estima que, assim que a crise mundial passar, as posições dos países produtores de veículos no ranking mundial deverão mudar. Até lá, segundo sua previsão, o processo de alianças entre montadoras vai se intensificar. Numa breve passagem pelo Brasil esta semana, viagem feita antes de assumir o novo cargo, no dia 1º de abril, o executivo francês já aprendeu que aqui existe um imposto chamado IPI, reduzido para estancar a queda de vendas de automóveis. Um cenário diferente da crise profunda que ele tem acompanhado na Europa.

Jalinier também já concluiu que o Brasil leva vantagem em relação à Rússia, país onde ele comandou a Renault nos últimos seis anos. Enquanto no Brasil o incentivo fiscal freou o desaquecimento de demanda, na Rússia a crise provocou uma queda de 50% no mercado de veículos. Por isso, ele já aprendeu, antes mesmo de assumir o cargo, a defender a extensão do benefício.

O executivo lembra que somente no acumulado dos dois primeiros meses do ano a crise provocou queda nas vendas mundiais de veículos de 2,2 milhões de unidades. Trata-se de um volume equivalente a quase todo o mercado brasileiro previsto para

este ano. Ele diz não saber o tamanho do estrago que essa crise provocará no setor automotivo, nem mesmo nos Estados Unidos, onde os fabricantes enfrentam dificuldades.

Mas o Brasil, para ele, está numa situação mais favorável. "Vejo que o Brasil depende menos de outros países", destaca. Para ele, o potencial de ampliação do mercado brasileiro, que tem oito habitantes por veículo, é nítido e virá com o crescimento econômico do país. Jalinier conta que no ano passado houve uma espécie de "competição" entre Rússia e Brasil dentro da Renault. O Brasil vendeu 115 mil veículos da marca e venceu a Rússia, que comercializou 108 mil unidades.

Jalinier passou o começo desta semana em São José dos Pinhais (PR), onde fica a fábrica da Renault, para acompanhar o lançamento do Symbol, automóvel produzido na Argentina que substitui o Clio sedã. Ontem à noite ele seguiu para Moscou para cuidar dos detalhes finais da sua mudança para o Brasil.

Além do contraste do clima, a mudança para o Brasil representa para o executivo a necessidade de aprender um novo idioma. "Na Rússia ou você aprende a língua ou não come", afirma. No Brasil, as coisas lhe pareceram mais fáceis. Ao passar por um pequeno supermercado, o novo presidente da Renault disse ter se impressionado com a atitude aberta, amável e solícita dos brasileiros.

Esguio e elegante, Jalinier demonstra disposição para aprender. Com o objetivo de adiantar o aprendizado do idioma local, que ele faz questão de falar, o executivo comprou alguns CDs de ensino da língua portuguesa. Também chamou a sua atenção a localização da fábrica do Paraná, instalada numa área de 2,5 milhões de metros quadrados, dos quais 60% são mata preservada.

Esta é a quarta mudança no comando da subsidiária brasileira que a Renault faz desde a construção da fábrica no país, há dez anos. Jalinier substitui Jérôme Stoll, convocado pelo presidente mundial do grupo, Carlos Ghosn, a se mudar para Paris para ajudar a empresa a enfrentar as dificuldades na Europa. Stoll já assumiu a vice-presidência comercial mundial, mas também voltou ao Brasil esta semana para acompanhar o encerramento do ciclo de lançamento de seis modelos de veículos que Ghosn prometeu para o país há três anos.

O Symbol é o sexto dessa série. Nos cálculos da direção da Renault, com a conclusão desse ciclo, a filial brasileira estaria preparada para dar a arrancada que lhe faltou durante esses dez anos para conquistar uma fatia de mercado mais próxima dos fabricantes de veículos veteranos no país.

A montadora francesa deu um salto nos três últimos anos. Conseguiu dobrar o volume de produção e a participação no mercado, crescendo mais que as concorrentes maiores e ainda estancou os prejuízos financeiros. Mas a sua fatia nas vendas de veículos no país, de 4%, ainda está longe de Volkswagen, General Motors e Fiat, com mais de 20% cada uma.

O fim do ciclo também significa o encerramento do último grande programa de investimentos da companhia no país. Entre 2006 e 2009 a Renault investiu R\$ 1 bilhão no Brasil. Daqui em diante não existe ainda nenhum novo plano do mesmo porte. Stoll diz que estão previstos alguns "face lifts" - nome que a indústria automobilística dá às modernizações feitas em um modelo de carro já existente - e adianta que haverá "uma surpresa" num prazo de dois anos.

Doutor em engenharia, Jalinier, um executivo com 55 anos e 24 de Renault, aproveitou o encontro com Stoll esta semana no Brasil para aprender com o seu antecessor algumas dicas sobre o país. Ele já se convenceu, por exemplo, que crédito é fundamental para movimentar o mercado de veículos.

"Para vender carros precisamos estar atentos a três ferramentas fundamentais: financiamento, preço e atratividade do veículo", afirma Stoll. "Quando um fabricante lança novos modelos ele tem uma boa chance de conquistar o consumidor, mas é preciso contar também com o preço - e isso nós conseguimos com a redução do IPI - e ainda as condições de financiamento, que estão voltando com a queda da Selic", destaca Stoll.

VENDAS SOBEM 4,4% NA PRIMEIRA QUINZENA

18/03/2009 – Valor Econômico

O crescimento nas vendas de veículos continua favorecendo o aumento no ritmo de atividade na indústria automobilística. A General Motors antecipou para esta semana o retorno de 300 empregados em licença remunerada, que deveriam voltar ao trabalho somente no fim do mês. A direção da Renault diz que, pela primeira vez desde o agravamento da crise, começa a receber consultas de empresas interessadas em comprar veículos para ampliar ou renovar frotas. Com 123,7 mil unidades até segunda-feira, as vendas acumuladas no mês apontam crescimento de 4,4% na comparação com a primeira quinzena de março de 2008.

A avaliação dos dirigentes da indústria é que o resultado das vendas na primeira metade de março indica que haverá crescimento próximo de 5% este mês na comparação com março de 2008.

Boa parte desse resultado deve-se à dúvida do consumidor em relação à continuidade do IPI reduzido. O governo ainda não anunciou a extensão do benefício. As montadoras aproveitaram a incerteza para fazer amplas campanhas de marketing, chamando o consumidor para feirões.

Do primeiro dia de janeiro até segunda-feira, foram vendidos no Brasil 520,5 mil veículos (incluindo caminhões e ônibus), uma queda de apenas 0,79% na comparação com igual período do ano passado. Os executivos da indústria acreditam que o volume de vendas no primeiro trimestre de 2009 será igual ou até maior do que nos primeiros três meses de 2008.

As montadoras deixaram de recorrer às licenças remuneradas. Os 300 empregados da GM que voltaram ao trabalho na fábrica de em São Caetano do Sul (SP) esta semana eram os últimos da empresa em licença remunerada. Ela está, no entanto, gradativamente desligando outros 1,6 mil que foram contratados em regime temporário.

A Renault já começou a trabalhar com a hipótese de o IPI reduzido ser prorrogado até o fim do ano. "Trabalhamos com dois cenários; um de extensão de três meses e outro até o fim do ano", afirma o diretor de marketing da empresa, Cássio Pagliarini.

A direção da Renault está empolgada também com a volta das consultas de empresas para a compra de veículos. "Há algumas semanas começamos a receber telefonemas de empresas com necessidade de renovação da frota", conta o vice-presidente comercial, Christian Pouillaude. O executivo aponta outros sinais positivos: "O crédito

voltou, o mercado dos seminovos está se normalizando e os estoques estão baixando". (MO)

PRESIDENTE DA CNI: INTERROMPEMOS A QUEDA LIVRE, O PIOR DA CRISE JÁ PASSOU

17/03/2009 – Agência CNI

Fábio Franci - 17/3/2009



Armando Monteiro Neto, presidente da CNI

São Paulo – O fundo do poço da crise na indústria brasileira já passou. A afirmação foi feita nesta terça-feira, 27 de março, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, durante a reunião do Fórum Nacional da Indústria, em São Paulo, na sede da Febrafarma. “O pior momento foi aquela queda de 9,4% da indústria de transformação no último trimestre do ano passado”, disse. “No primeiro trimestre deste ano percebemos que há um processo de relativa estabilização, ou seja, interrompemos aquela queda livre que vinha acontecendo”, completou.

Monteiro Neto alertou, no entanto, que ainda não existem motivos para comemorar. “Não há nada que nos indique que já haja um processo de recuperação. Ainda temos uma previsão de que o primeiro trimestre será caracterizado por um nível de atividade modesto”, previu.

Até o final deste mês a CNI divulgará o Informe Conjuntural, no qual fará a nova previsão para o crescimento do PIB global e do PIB industrial. Monteiro Neto já adiantou que a conta será revista para próximo de zero. “No final do ano passado a CNI já previa um crescimento modesto para 2009, em torno de 1,8%, e foi chamada de pessimista. Agora estamos prevendo um crescimento mais próximo de zero, algo como 0,5%”, adiantou.

Ele ressaltou, porém, que é possível que o crescimento seja menor do que isso. “Ainda mais se a situação lá fora piorar ainda mais. Nesse cenário, poderíamos ter crescimento negativo do PIB”, disse

INDUSTRIAIS QUEREM MAIS EFICÁCIA E URGÊNCIA NO COMBATE À CRISE MUNDIAL

17/03/2009 – Agência CNI

Fábio Franci - 17/3/2009



Fórum Nacional da Indústria 2009, em São Paulo

São Paulo - O Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo da diretoria da Confederação Nacional da Indústria, coordenado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, reuniu nesta terça-feira, 17 de março, em São Paulo, líderes empresariais de todo o país para debater os efeitos da crise internacional na economia brasileira.

Em comunicado divulgado após o encontro, os industriais avaliam que as condições de crédito

permanecem insatisfatórias, tanto em volume como em custo; que é imprescindível adotar medidas de desoneração de investimento e de exportações; e que o Congresso deve eleger como prioritários projetos que contribuam positivamente para o ambiente institucional e de negócios.

Comunicado do Fórum Nacional da Indústria

O Fórum Nacional da Indústria - FNI examinou os desdobramentos da crise internacional sobre a economia brasileira. A intensidade dos impactos da crise impõe urgência no combate aos seus efeitos sobre as empresas para evitar uma retração ainda mais severa da atividade industrial. É necessário igualmente desenvolver estratégias para a retomada do crescimento.

Questões prioritárias:

1. Crédito: as condições de crédito permanecem insatisfatórias – tanto em termos de volume como também de custo. As medidas já anunciadas ainda não atingiram os resultados esperados. As pequenas e médias empresas foram particularmente afetadas pela falta de liquidez. Há espaço para uma política monetária mais ativa: a política econômica deve utilizar-se de todos os instrumentos para minimizar os impactos da retração da atividade e criar as condições para a retomada do crescimento. No curto prazo, as reduções de juros devem ser mais intensas. Há também espaço para o aperfeiçoamento dos instrumentos creditícios. Neste sentido foi enfatizada a necessidade de ampliação dos limites e das condições de uso do cartão BNDES, hoje restrito ao pagamento de fornecedores e a criação de mecanismos de redução do risco do crédito.

2. Investimentos e infraestrutura: é imprescindível que se avance com medidas de desoneração do investimento e das exportações, se priorize os gastos de investimentos em lugar de custeio e que se agilize os procedimentos necessários para ampliação da capacidade de execução orçamentária. Essas são ações fundamentais para a recuperação da economia.

3. Congresso: o Legislativo deve priorizar projetos que contribuam positivamente para o ambiente institucional e de negócios, a exemplo de temas como o cadastro positivo, reestruturação do sistema de defesa da concorrência, reforma tributária, licenciamento ambiental, política nacional de resíduos sólidos, terceirização, entre outros

O Fórum manifesta a necessidade de maior efetividade e tempestividade das ações de combate à crise. Além da agenda de curto prazo, enfatiza a necessidade de continuidade da agenda com foco na competitividade, na busca da melhoria do ambiente de negócios, no avanço das reformas estruturais, base para o desenvolvimento sustentável.

Fórum Nacional da Indústria - 22ª Reunião – sede da Febrapharma, São Paulo
17 de Março de 2009

SENTENÇAS EXCLUEM INSS SOBRE AVISO PRÉVIO

18/03/2009 – Valor Econômico

A iniciativa do governo federal de tributar o valor pago pelas empresas referente ao aviso prévio na dispensa de funcionários tem sofrido uma forte resistência da Justiça,

que já derrubou a previsão do Decreto nº 6.727, publicado no dia 12 de janeiro deste ano, em várias liminares. Agora, em um tempo considerado curtíssimo, diante da tradicional lentidão do Poder Judiciário, já surgem as primeiras sentenças da primeira instância da Justiça federal favoráveis à exclusão do pagamento de contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o aviso prévio indenizado.

VOTAÇÃO DO MÍNIMO REGIONAL É ADIADA NA AL

18/03/2009 – Documento Reservado

Um pedido de vistas do deputado Douglas Fabrício (PPS) adiou para a próxima semana a votação do aumento do mínimo regional – que deve variar entre R\$ 605 e R\$ 629 – na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O parlamentar justificou que pretende analisar melhor a proposta, que, segundo ele, o percentual de 12,05% que incidirá sobre o novo mínimo regional, deve acompanhar o desempenho econômico do Estado. O líder do Governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), disse que o pedido foi uma tentativa para confundir os demais membros da comissão. “O piso salarial foi implantado a partir da legislação federal e lei complementar, que permitiu aos estados brasileiros legislarem sobre os valores do salário mínimo. O valor é aplicado ao setor privado, àqueles que não têm carteira assinada, nem dissídio coletivo. Mas, pode servir de base para novos acordos entre empregadores e trabalhadores”, colocou Romanelli.